

Os Eremitas de Santo Agostinho: O Convento da Graça de Torres Vedras



Claustro do Convento da Graça (Torres Vedras)

Conta-nos Frei António da Purificação que, em 1266, Frei Félix, segundo Provincial da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal, pediu a D. Afonso III autorização para se fundarem três conventos, um em Abrantes, outro em Estremoz e outro em Torres Vedras. A autorização foi dada por alvará, datado de Santarém, 24 de Dezembro da *Era de 1266*. A edificação do Convento não aconteceu, talvez devido à *Grande União* da Ordem.

Pelo facto de não a terem utilizado, voltou o concelho a solicitar a respectiva autorização a D. Pedro I que, em 1366, encontrando-se em Moura, deu nova *licença*, para a referida fundação:

«[D]om Pedro pella graça de Deus, Rey de Portugal e do Algarve, a vos concelho e homens boons de Torres Vedras, saude.

Sabede que perante mim pareceo hũ stormento facto e asignado per mão de Vasco Annes, tabaliam dessa villa, em o qual era contheudo que vos praz de se fazer em essa villa hũ moesteiro de Sancto Agostinho porque entendiades que era serviço de Deus e

enviaram me pedir por mercee o prior e convento do moesteiro de Sancto Agostinho da cidade de Lixboa que lhes quisesse dar minha carta per que se o dicto moesteiro pudese fazer sem embargo.

E eu veendo o que me pedir enviaram e querendo lhes fazer graça e mercee visto o dicto stormento, tenho por bem e mando que se possa hi fazer e faça o dicto moesteiro sem embargo nenhũu. E mando e defendo que lhe nom ponnham em ello embargo nenhũu, e se lho alguem poer quiser mando a todallas justiças que lho nom consentam e o estranhem aos que o fizerem ou fazer quiserem umde vos e elles al nom façades.

E em testemunho desto mandey dar esta minha carta aos dictos prior e convento.

Dante em Moura, xiiij dias de março, el Rey o mandou per Lourenço Gonçallvez, seu vasallo e corregedor por el na sua corte. Vasco Anes de Guimarães a fez, Era de mil iiij^c e quatro annos.»

Nesta sequência, embora desconheçamos a data, iniciar-se-ia a construção do edifício no sítio da Várzea Grande, defronte da igreja de São Tiago. Os trabalhos prolongaram-se durante algumas décadas, uma vez que, em 1383, ainda decorriam as obras e, em 1405, a sacristia ainda não tinha sido edificada.

Da primitiva fundação, pouco mais conhecemos, dada a escassez das fontes, para além das referências a São Gonçalo [de Lagos] como Prior do mosteiro. As enchentes do rio Sizandro, cujas águas transpunham as margens e inundavam a Várzea Grande nos invernos rigorosos, tornavam ainda mais difícil a vida dos frades, no século XV e primeira metade do XVI, altura em que deixaram o local.

Os Agostinhos mudaram-se para o hospital de Santo André [igreja de Santo André da Gafaria], em 1544. Se as inundações punham em causa a sua permanência no velho cenóbio, também é verdade que a nova fundação, lhes permitia recuperar alguma influência perdida para os monges franciscanos do recém-fundado Convento de Varatojo, inaugurado em 1474, e que desde então tinha

atraído gente dos estratos sociais mais elevados. De certa forma, aproximavam-se das pessoas, ao estabelecerem-se junto de uma das portas de entrada da vila, que ligava este centro urbano à capital, acabando por atrair um maior número de fiéis e de vocações.

D. João III, vendo que o hospital de Santo André se encontrava melhor situado que o mosteiro, e vendo igualmente que aquele praticamente não funcionava, solicitou autorização ao Papa Paulo III para o doar aos frades Agostinhos. A 20 de Setembro de 1544, o monarca, dirigindo-se ao Provincial da Ordem, Frei Francisco de Vilafranca, solicitava-lhe que tomasse a posse do hospital logo que fosse possível.

Todavia, a mudança do velho convento para o hospital de Santo André não se fez sem polémica entre os religiosos e o Senado e a população, tendo ocorrido mesmo motins. A 30 de Novembro de 1544, segundo Purificação, os Eremitas mudaram-se para a nova Casa. Mais tarde, a rainha D. Maria, enquanto Senhora da vila, por carta datada de 12 de Julho de 1559, assim como D. Catarina, a 2 de Agosto do mesmo ano, repreendiam a atitude dos moradores, assim como a posição tomada pela Câmara. De facto, estava em causa a apropriação das rendas que pertenciam ao hospital de Santo André.

Todavia, pretendia-se que a instalação dos Agostinhos no velho hospital fosse provisória. Em 1559, o edifício velho começou a ser demolido para se aproveitarem os materiais para a construção da nova igreja, que já se encontrava pronta em 1580.

Apesar dos escassos dados relativos aos mosteiro, sabemos, porém, que se encontrava em construção bastante adiantada em 1566. Assim o testemunha um Alvará do Cardeal D. Henrique, datado de 20 de Novembro do mesmo ano, autorizando o empréstimo de 200\$000 réis do Cofre dos Órfãos para a conclusão das *oficinas do mosteiro*. As obras arrastar-se-iam pelo menos durante as duas décadas seguintes, recebendo o impulso do próprio Frei Aleixo de

Meneses, futuro bispo de Goa, durante o seu curto priorado (1588-1590).

Desde 1578, os direitos do antigo hospital foram anexados ao Convento, tendo-se obrigado os frades, em contrapartida, ao recolhimento e tratamento dos leprosos, assim como a cumprirem as missas e os encargos inerentes ao extinto hospital.

No primeiro quartel de Setecentos iniciava-se um esforço de restauração religiosa no qual se insere uma renovação arquitectural do Convento de Torres Vedras. A porta e o frontão eram reedificados, tendo as paredes da portaria, da sacristia e do claustro recebido, a partir de 1725, painéis de azulejos. O Convento crescia em fama e influência, atingindo o ponto alto em 1778, altura em que Frei Gonçalo de Lagos era canonizado, por Pio VI.

SAIBA MAIS: ALONSO, Carlos – *Os Agostinhos em Portugal*. Madrid: Ediciones Religión y Cultura, 2003.